



## UMA CONSTITUIÇÃO E DOIS HINOS ONE CONSTITUTION AND TWO ANTHEMS

ROSANA DE SALDANHA DA GAMA LANZELOTTE<sup>1</sup>

### Resumo

D. Pedro I era compositor e tocava diversos instrumentos, aspectos pouco divulgados de sua personalidade. Afirmou seu compromisso com as ideais constitucionais ao criar, em 1821, o Hino da Carta, de que também é o autor da letra. Adotado como o hino de Portugal desde 1834 até 1910, é a sua obra mais difundida por todo o mundo. Entretanto, seu hino mais conhecido entre nós é o da Independência do Brasil, originalmente denominado Hino Imperial e Constitucional, escrito para marcar a outorga, em 25 de março de 1824, da primeira constituição brasileira. A mesma carta foi outorgada aos portugueses, quando D. Pedro assumiu o trono daquele país, após a morte do pai, em março de 1826. Nos dois países, foram as mais longevas cartas, ambas canceladas pelo Libertador, como é conhecido pelos portugueses. Este artigo visa evidenciar a atuação musical de D. Pedro, sempre a serviço de suas ideias liberais.

**Palavras-chave:** D. Pedro I; Hino Constitucional; Hino da Independência

### Abstract

*D. Pedro I was a composer and played several instruments. He affirmed his commitment to constitutional ideals by creating, in 1821, the Hymn of the Charter, being also the author of the lyrics. Adopted as the anthem of Portugal from 1834 to 1910, it is his most widespread work. However, its best-known anthem in Brazil is the Independence Anthem of Brazil, originally called Imperial and Constitutional, written to mark the granting, on March 25, 1824, of the first Brazilian constitution. When D. Pedro succeeded his father in Portugal, in March 1826, he has established the same constitution. In both countries, they were the longest-lasting rules. This article seeks to highlight D. Pedro's musical careers, always at the service of his liberal ideas.*

**Keywords:** D. Pedro I, Constitutional Anthem, Independence Anthem.

<sup>1</sup> Rosana Lanzelotte é Bacharel em Piano (UFRJ) e Doutora em Ciências da Computação (PUC-RIO), com pós-doutorado no INRIA (França). Atuou como professora pesquisadora na PUC-Rio (1986 a 1997) e UniRio (1997 a 2009), onde liderou pesquisas na área de MIR - Music Information Retrieval. Destaca-se pela atuação como cravista, tendo gravado obras raras de Bach e Haydn, sonatas inéditas do português Pedro Antonio Avondano e peças brasileiras para cravo. Resgatou as obras de Neukomm que inauguram o repertório de música de câmara no país, por ela registradas no álbum Neukomm no Brasil para o selo Biscoito Fino. Um dos cinco nominados para o Latin Grammy, o álbum recebeu o V Prêmio Bravo (2009). É a autora dos livros "Sigismund Neukomm, Música Secreta Minha Viagem ao Brasil" (Arteensaio, 2009) e "Já raiou a Liberdade - D. Pedro I compositor e a música de seu tempo" (Ed. Capivara, 2023), bem como de inúmeros artigos. Idealizou e coordena o projeto Musica Brasilis, no âmbito do qual são pesquisadas metodologias para a disponibilidade via web de partituras brasileiras. Suas realizações a fizeram merecedora do prêmio do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2002), da comenda de Chevalier des Arts et des Lettres (Governo francês, 2006), da Medalha Ordem do Mérito do Livro (Fundação Biblioteca Nacional, 2022) e do Colar do Mérito Pedro, o Libertador (UFRJ, 2022). E-mail: rosana@musicabrasilis.org.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4853-9633>.

## Príncipe e músico

Descendente de uma dinastia – os Bragança – incentivadora da música dentre todas as artes, D. Pedro de Alcântara (Queluz, 12/10/1798-24/09/1834) recebeu, desde pequeno, esmerada educação musical de grandes mestres escolhidos por seu pai, o Príncipe Regente D. João. O mais notável foi, sem dúvida, o célebre compositor português Marcos Antonio da Fonseca Portugal (Lisboa, 1762-Rio de Janeiro, 1830), famoso por suas óperas em todo o mundo.



Figura 1: Hino da Independência, D. Pedro I (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)



O príncipe D. Pedro tinha apenas 9 anos quando desembarcou no Rio de Janeiro com a corte portuguesa, recepcionada pela música do compositor nativo, o genial José Maurício Nunes Garcia (Rio de Janeiro, 1767-1830). Impressionado com o talento do brasileiro, D. João decidiu fundar no Rio de Janeiro, apenas três meses após o desembarque, a Capela Real, “para maior esplendor do culto divino”, nos moldes da instituição lisboeta congênere. Alçou o brasileiro à posição de Mestre Capela, posto que ocupou até o fim da vida, contrariando os cortesãos portugueses, pouco tolerantes quanto ao “defeito de cor”.

D. Pedro menino era apaixonado pela prática musical, segundo relatos de diversos visitantes, tendo atingido nível de excelência em vários instrumentos - clarineta, violino, violoncelo, fagote - além de ser bom cantor. Em seus natalícios de 1808 e 1809, os primeiros celebrados no Brasil, foi homenageado por José Maurício com duas Missas a S. Pedro de Alcântara (GARCIA, 1808), seu santo onomástico.

Marcos Portugal demorava-se em Lisboa, onde suas óperas eram aplaudidas pelas hostes napoleônicas invasoras, bem como em diversos teatros das principais metrópoles europeias. Entretanto, D. João intimou-o a se transferir para o Rio de Janeiro, onde o Regente planejava permanecer indefinidamente. Em 11 de junho de 1811, desembarcaram Marcos, seu mano Simão e outros excelentes bailarinos e cantores “castrados”, a fim de dotar a corte portuguesa do lustro a que estava habituada. A partir de então, ouviu-se na Capela Real árias de virtuosidade nunca imaginada, de que só os castrados eram capazes. Para o Natal daquele ano, José Maurício escreveu uma de suas obras primas, a *Missa Pastoril para a Noite de Natal*<sup>2</sup>, em que fez brilhar, nas árias do exigente *Gloria*, cada um dos três principais cantores castrados radicados no Rio.

Ciente de que o tosco Teatro Régio não estava à altura das óperas tão apreciadas por sua corte, D. João decidiu empreender a construção de um novo teatro. Em 12 de outubro de 1813, data comemorativa dos 15 anos do príncipe D. Pedro, foi inaugurado o Real Teatro São João, à altura do talento de Marcos Portugal, Gioacchino Rossini (1792-1868), e outros compositores ao gosto dos portugueses. Entre a Capela Real e o Real Teatro ouviu-se a melhor música praticada nas Américas, até então.

---

<sup>2</sup> <https://spoti.fi/3DS4x0Y>



## Um rei europeu nas Américas

Napoleão Bonaparte (1769-1821) derrotado, as potências europeias se reuniram em Viena a partir de setembro de 1814, em um Congresso para discutir a nova ordem geopolítica e redesenhar as fronteiras. À frente, o incontornável Príncipe Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838), chanceler francês desde Luís XVI, passando por Napoleão e que ali se encontrava como o principal articulador, dessa vez a serviço do Rei Luís XVIII. Era um dos maiores diplomatas de seu tempo e se correspondia regularmente com outro notável da época, o português António de Araújo e Azevedo (1754-1817), o principal conselheiro de D. João, o futuro Conde da Barca.

História e música eram indissociáveis, e o compositor Ludwig van Beethoven (1770-1827) ressaltou *O momento glorioso* com uma cantata assim intitulada, escrita especialmente para a ocasião. Dele ouviu-se ainda as novas Sinfonias números 7 e 8, enquanto a Nona encontrava-se em gestação. O músico austríaco Sigismund von Neukomm (1778-1858), o aluno preferido de Joseph Haydn (1732-1809), a serviço do Príncipe de Talleyrand, compôs, a pedido deste, a monumental *Missa de Requiem*<sup>3</sup> em homenagem aos 22 anos da execução do rei francês Luís XVI. Da imponente cerimônia na Catedral de S. Estevão (Viena), assistida por todos os participantes do Congresso, tomaram parte dois coros com mais de trezentos cantores, além de numerosa orquestra, realçada pelos instrumentos de metal: as “trombetas” da morte.

No tocante a Portugal, as principais questões discutidas no Congresso diziam respeito à proibição de importar escravizados africanos e à fronteira com a Guiana. Porém, o mais importante era acomodar o desejo de D. João de permanecer no Rio de Janeiro. A ideia foi evocada em 26 de janeiro de 1815, conforme a carta do ministro plenipotenciário António de Saldanha da Gama (1778-1839) ao Príncipe Regente:

“Mr. de Talleyrand propõe que S. A. R. erija o Brasil em Reino, ficando sendo o seu título o Reino Unido de Portugal e Brasil, acrescenta que S. A. R. deve continuar aí a sua residência, enviando seu Filho Primogênito como Vice-Rei a Portugal...”<sup>4</sup>

<sup>3</sup> <https://spoti.fi/3KD8v17>

<sup>4</sup> Carta de António de Saldanha da Gama a S.A.R. Dom João, Viena, 26 de janeiro de 1815. Disponível em <https://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410589>



O decreto da criação do Reino Unido foi assinado em 16 de dezembro de 1815 e, no dia 27 do mesmo mês, Antônio de Araújo e Azevedo foi condecorado com o título de Conde da Barca.

Pouco depois, em 16 de março de 1816 faleceu a rainha D. Maria I e, após 25 anos de regência, subiu ao trono o rei D. João VI. Marcos Portugal se superou ao compor, em homenagem à Rainha, a *Missá de Requiem*, talvez uma de suas mais obras mais portentosas, à altura da “piedosa”, como a rainha era conhecida antes de receber dos brasileiros o epíteto de “a louca”.

O projeto civilizatório do Reino Unido, concebido pelo Conde da Barca, passava por dotar a capital de uma Real Academia de Belas Artes, para o que foram convidados artistas e arquitetos franceses liderados por Joachim Lebreton (1760 – Rio de Janeiro, 1819), maçom, demitido do cargo de Secretário no Instituto de França por ter sido favorável a Napoleão<sup>5</sup>. Em uma carta, Talleyrand apresenta ao Conde da Barca o único músico da missão:

*“... solicito sua gentileza para com um artista por quem tenho o mais genuíno interesse. O senhor Neukomm, que terá a honra de lhe entregar esta carta, deveria partir com o senhor Lebreton, mas o Sr. Duque de Luxemburgo, tendo gentilmente permitido que o acompanhasse, preferiu adiar a viagem. Embora chegue por último, estou convencido de que distinguirá seu talento de todos aqueles que saem da França para o Brasil.”*<sup>6</sup>

O Conde da Barca reiterou o convite a Sigismund Neukomm:

*“Temos a esperança de fundar um novo império neste Novo Mundo, e será de seu grande interesse testemunhar este período de desenvolvimento.”*<sup>7</sup>

Austríaco de origem, Neukomm foi o responsável pela introdução do estilo vienense no Brasil. Entre 1816 e 1821, período em que aqui viveu, escreveu cerca de 70 obras, entre as quais as primeiras sinfonias e obras de câmara, além de ter inaugurado a mescla de gêneros, ao compor peças clássicas inspiradas em modinhas e lundus. Ofereceu-se para dar aulas de música ao Príncipe D. Pedro e sua irmã D. Maria Teresa, com quem também praticava conversação em francês<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Carta de Talleyrand ao Conde da Barca, Paris, 27 de dezembro de 1815. Disponível em <https://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410340>

<sup>6</sup> Carta de Talleyrand ao Conde da Barca, Paris, 19 de fevereiro de 1816. Disponível em <https://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410341>

<sup>7</sup> “Nous avons l'espoir de fonder un nouvel empire dans ce Nouveau-Monde, et ce sera pour vous d'un grand intérêt d'être témoin de cette période de développement”. Tradução da autora. Disponível em [https://www.musicologie.org/theses/neukomm\\_01.html](https://www.musicologie.org/theses/neukomm_01.html)

<sup>8</sup> NEUKOMM, Sigismund. *Esquisse Biographique écrite par lui-même*. Paris: La Maîtrise, 1859. Disponível em: [https://www.musicologie.org/theses/neukomm\\_01.html](https://www.musicologie.org/theses/neukomm_01.html)



Neukomm era maçom, assim como os grandes compositores de seu tempo, Mozart, Haydn e Beethoven. Époça em que os mecenas rareavam, os músicos se apoiavam por meio da rede maçônica. O pertencimento à confraria se fazia notar através do autógrafo acrescido de três pontos em triângulo, da predileção pelo tom de mi bemol maior, em que os três bemóis também formam um triângulo.

O novo reino seria fortalecido pelo casamento de D. Pedro com a descendente de uma das principais casas europeias, D. Leopoldina de Habsburgo (1797-1826). As tratativas foram bem sucedidas, graças à intervenção do 6º Marquês de Marialva (c. 1775-1823), que seduziu a corte vienense com ouro, pedras preciosas e um cortejo digno das mil e uma noites.

A exemplo do mestre Haydn, Neukomm manteve em vida o catálogo de suas obras, no qual anotou as primeiras escritas no Brasil: o *Gloria da Missa São João*, em homenagem ao santo onomástico do rei, e a *Marcha Triunfal*, em homenagem ao Príncipe D. Pedro, ambas na tonalidade maçônica de mi bemol maior. As primeiras menções a obras do príncipe encontram-se precisamente no catálogo de Neukomm, no qual consta a anotação, em novembro de 1816, relativa as transcrições para orquestra realizadas a partir de seis valsas de autoria de S.A.R., o Príncipe D. Pedro. Então com 18 anos, de compromisso firmado com D. Leopoldina, talvez D. Pedro quisesse homenageá-la ao criar valsas, gênero muito apreciado no país natal da noiva. Infelizmente, até hoje, esses manuscritos de D. Pedro não foram localizados, nem as ditas transcrições para orquestra realizadas por seu mestre. Todavia, talvez uma dessas valsas seja a copiada por Neukomm em um volume manuscrito de 25 peças para piano anotadas no período brasileiro. Entre elas, a *Valse* é a única que, no frontispício, não atribui a autoria a Neukomm nem apresenta seu autógrafo ao final. Consultados, especialistas confirmam a hipótese desta valsa ser obra do Príncipe.

A cerimônia de aclamação do novo rei estava prevista para ocorrer em 1817, após um ano de luto pela morte da rainha. Os compositores da corte apressaram-se em escrever obras para celebrar a ocasião, mas a revolução em Pernambuco, de cunho separatista e republicano, adiou mais uma vez a data festiva.

Para exaltar os ânimos do exército real contra os revoltosos, Neukomm escreveu o hino *Valorosos Lusitanos* e D. Pedro compôs o *Hino a D. João*, sua obra mais remota conhecida hoje, cuja única cópia é a versão orquestral pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, datada de 20 de maio de 1817. O texto louva a vitória dos portugueses sobre os revoltosos pernambucanos, rendidos nesta mesma data.



*Aceitai Rei excelso  
Os votos sagrados  
Que os lusos honrados  
Vêm livres fazer*

*Por vós, pela pátria  
O sangue daremos  
Por glória só temos  
Vencer ou morrer*

desgosto dos portugueses, cada vez mais inconformados com a ausência da corte, a aclamação de D. João aconteceria no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1818, já diante da presença de D. Leopoldina.

### **Uma princesa pianista**

De casamento contratado com D. Pedro, a Arquiduquesa D. Leopoldina, pianista de excelência, estava a par do gosto dos Bragança pela música:

*“Agora estou mais empenhada na música, que é muito apreciada no Brasil, e quero aproveitar todas as oportunidades para me tornar popular em meu futuro país.”<sup>9</sup>*

Na viagem para o Brasil, a Arquiduquesa trouxe preciosa coleção de partituras, parte hoje da Coleção Thereza Cristina Maria, posteriormente doada por D. Pedro II à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Surpreendente pela abrangência e qualidade, com primeiras edições de Haydn, Mozart, Beethoven e Clementi; alguns volumes são notáveis pela encadernação sofisticada, com lombadas gravadas e bordas das páginas em ouro.

Desde os primeiros momentos no Rio de Janeiro, D. Leopoldina deu notícias a respeito do envolvimento de D. Pedro com a música.

*“Ocupo-me especialmente muito de música, que meu esposo ama apaixonadamente, pois para ele tudo tem que ir com impetuosidade, sendo de natureza muito viva.”<sup>10</sup>*

*“ele toca viola e violoncelo, pois toca todos os instrumentos tanto os de corda como os de sopro; talento igual para a música e todos os estudos, como ele possui ainda não tenho visto.”<sup>11</sup>*

Os primeiros anos de feliz casamento com D. Leopoldina foram aqueles em que D. Pedro escreveu suas obras musicais de maior envergadura, destinadas à liturgia. Em 1821, D. Leopoldina julgou-as obras dignas da apreciação do pai, o Imperador Francisco I, a quem enviou três partituras do Príncipe.

<sup>9</sup> Carta à irmã Maria Luisa, Viena, 4 de outubro de 1816, (KANN, 2006 : p. 250)

<sup>10</sup> Carta à irmã Maria Luísa, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1817 (OBERACKER, 1973 : p. 145)

<sup>11</sup> Carta ao irmão Francisco, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1818 (OBERACKER, 1973: p. 144).



“Querido papai,  
meu esposo, que também é compositor, envia-lhe uma Missa Solene, Sinfonia e Te Deum, compostos por ele; falando sinceramente, são um tanto teatrais, o que é culpa do seu mestre; posso, no entanto, garantir que foram compostos por ele mesmo, sem auxílio.”<sup>12</sup>

A observação quanto ao “caráter teatral” de peças litúrgicas era uma constante entre os visitantes oriundos da Europa Setentrional. A música em estilo festivo, quase operístico, praticada nos templos portugueses, causava-lhes estranheza. Contudo, a igreja na península ibérica era local de festa. Os vocalizes dos cantores castrados, os paramentos sofisticados dos celebrantes, o fausto da decoração das igrejas, tudo contribuía para a utilização da música como representação do poder monárquico.

Manuscritos dessas obras de D. Pedro, enviados por Leopoldina, não foram ainda localizados em arquivos vienenses. Muito provavelmente a *Missa Solene* seria uma cópia da dedicada a N. Sr<sup>a</sup> do Carmo, preservada no Arquivo da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, de que faz parte o *Credo*<sup>13</sup>, a obra mais portentosa de D. Pedro. O *Te Deum* poderia ser a obra composta em fins de 1820, para celebrar o vindouro nascimento do filho João Carlos, igualmente preservada no Arquivo da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Por fim, a única obra sinfônica de D. Pedro conhecida hoje, a *Overture*, cuja cópia se encontra no Arquivo da Lira Sanjoanense, seria talvez a *Sinfonia* a que se refere D. Leopoldina.

### A trilha musical da constituição brasileira

A corte portuguesa se demorava no Brasil, deixando os portugueses inconformados por não mais sediarem a capital do reino. Uma rebelião se instalou na cidade do Porto, com o intuito de exigir a volta do rei D. João VI e estabelecer as bases de uma futura constituição, a ser observada pela monarquia.

A contragosto, o rei foi forçado a retornar a Portugal em abril de 1821, tendo nomeado seu filho D. Pedro príncipe regente. A dedicação à música diminuiu quando o Príncipe se tornou o governante do Brasil. Atento aos tempos que demandavam uma monarquia constitucionalista, pouco antes da partida do pai, o Príncipe compôs o *Hino Constitucional*, na tonalidade

---

<sup>12</sup> Carta ao Imperador Francisco I da Áustria, Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1821. Traduzida do alemão cursivo por Matthias Pernerstorfer.

<sup>13</sup> <https://spoti.fi/44Z0ewq>



maçônica de mi bemol maior, cuja letra, também de sua autoria, homenageia a Carta ainda em elaboração em Portugal:

“Viva, viva, viva ó Rei  
Viva a santa religião  
Vivam lusos valorosos  
A feliz Constituição”<sup>14</sup>

Também chamado de *Hino da Carta*, é a segunda obra de cunho cívico, após o *Hino a D. João*. Ao afirmar, através do hino, o seu apoio ao projeto constitucionalista das cortes, D. Pedro buscava conciliação com o seu projeto de permanência no Brasil.

Nas bases da constituição propostas pelos revoltosos do Porto, estava assegurada ao Brasil o direito à devida representação. Mas logo ficaram claras as intenções dos portugueses de fazer o Brasil retornar à condição de colônia. Diante da intimação para retornar a Portugal, D. Pedro decidiu prosseguir no Brasil, intenção declarada em 9 de janeiro de 1822 – o dia do “Fico” –, um passo determinante na direção de nossa independência.

Ato contínuo, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte com o objetivo de redigir a primeira constituição do Brasil. Apoiado por D. Leopoldina, esta afirmou em carta ao pai: “A Assembleia das Cortes [brasileiras] possui membros da máxima capacidade e dignidade, que honram o poder real e sabem mantê-lo.” (KANN, 2006: pag. 417-418). Haviam os dois sido educados no seio de regimes absolutistas, porém estavam convencidos da necessidade de se assegurar a representação “do nobre povo brasileiro”, nas palavras da Princesa.

Muito se discorreu sobre o temperamento impetuoso de D. Pedro, uma das causas da ruptura, com a Assembleia, dissolvida em novembro de 1823. Apoiado, a partir de então, por um Conselho de Estado, o Imperador outorgou aos brasileiros, em 25 de março de 1824, a primeira constituição.

Para celebrar o ato, D. Pedro I compôs o *Hino Imperial e Constitucional*, hoje conhecido como o *Hino da Independência do Brasil*. Retomou o mesmo texto de Evaristo da Veiga, escrito em agosto de 1822, anteriormente musicado por Marcos Portugal a tempo das celebrações da Independência. O estribilho “Já raiou a liberdade” ganhou nova dimensão, diante da primeira carta constitucional brasileira. A figura 2 mostra a edição mais antiga conhecida do hino, publicada pelo reverendo Robert WALSH (1830).

---

<sup>14</sup> O texto completo se encontra em (LANZELOTTE, 2023 : pag. 144)

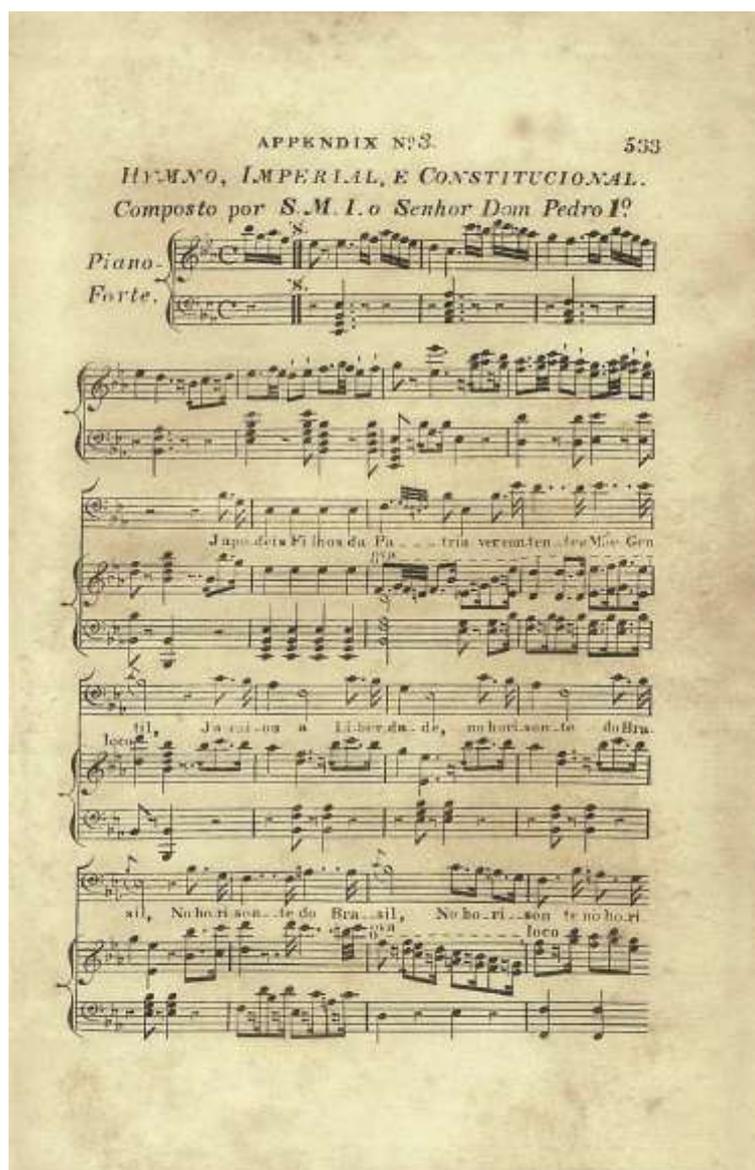


Figura 2: Edição do Hino Imperial e Constitucional (WALSH, 1830 : pag. 533)

A mais longeva Constituição do Brasil vigorou por 65 anos, até a Proclamação da República. Estabeleceu a monarquia constitucional hereditária e representativa, com o governo dividido em quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador. Graças a este último, ao Imperador cabia indicar ministros, magistrados e senadores e dissolver a Câmara dos Deputados, o que hoje parece inaceitável, mas era perfeitamente cabível no contexto de uma monarquia.



Em março de 1826, após o falecimento de D. João VI, seu filho se tornou D. Pedro IV de Portugal. Outorgou a seu país de origem uma constituição calcada nos moldes da brasileira e, dois meses depois, abdicou do trono português em nome da filha primogênita, D. Maria da Glória (1819-1853), compositora como ele. A constituição portuguesa foi também a mais longeva daquele país, tendo vigorado por 72 anos.

O heroico Hino da Carta de 1821 se tornou o Hino Nacional de Portugal a partir de 1834, quando D. Pedro libertou Portugal do absolutismo imposto por seu irmão D. Miguel, até 1910, data da proclamação da república portuguesa. Provavelmente, sua obra mais conhecida e tocada em todo o mundo, o Hino é mais um legado de um Imperador constitucionalista.

P.S. As partituras de todas as obras conhecidas de D. Pedro I estão gratuitamente disponíveis no portal MUSICA BRASILIS (2024).

## **Bibliografia**

GARCIA, José Maurício Nunes. *Missa de S. Pedro de Alcântara*, 1808. Disponível em [http://acmerj.com.br/CMRJ\\_CRI\\_SM19.htm](http://acmerj.com.br/CMRJ_CRI_SM19.htm)

KANN, Bettina (org.). *Cartas de uma Imperatriz*. 1ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LANZELOTTE, Rosana. *Já raiou a Liberdade – D. Pedro I compositor e a música de seu tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Capivara. 2023.

MUSICA BRASILIS. Portal de partituras musicais. 2024. Disponível em <https://musicabrasilis.org.br>

NEUKOMM, Sigismund. *Esquisse Biographique écrite par lui-même*. Paris: La Maîtrise, 1859. Disponível em: [https://www.musicologie.org/theses/neukomm\\_01.html](https://www.musicologie.org/theses/neukomm_01.html)

OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: Sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1973.

WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Ed. F. Westley and A. H. Davis, 1830. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518704>